

PROGRESSO E FILOSOFIA*

A emergência do pensamento positivista

Alex Fiúza de MELLO
Departamento de Ciências
Sócio-Políticas da UFPA.

RESUMO: o estudo em questão busca contextualizar, sob uma perspectiva histórico-sociológica, o aparecimento do pensamento positivista no âmbito da cultura ocidental. As novas transformações econômicas, políticas e sociais da modernidade européia confluem à instauração de um novo paradigma de "visão de mundo", adaptado aos padrões do desenvolvimento capitalista comercial e industrial, e que terá em August Comte (França) um de seus intelectuais mais significativos.

PALAVRAS-CHAVE: Progresso e filosofia, capitalismo e positivismo, sociologia comteana.

PROGRESS AND PHILOSOPHY

The emergence of positivistic thought

ABSTRACT: This study attempts to trace, from a socio-historical perspective, the emergence of positivistic thought, within the context of Western Culture. The current economic, political, and social transformations taking place in Europe, nurtures the inauguration of a novel "world view" paradigm, adapted to standards of capitalist-commercial, and political development, with August Comte rated as one of its most important intellectuals.

KEY WORDS: Progress and philosophy, Capitalism and positivism, Comptean Sociology.

* Ofereço esta reflexão aos alunos do Curso de Ciências Sociais, em particular, e aos de Introdução à Sociologia, em geral, como contribuição à compreensão da emergência do pensamento positivista enquanto busca de interpretação sistemática da realidade social, bem como de seus limites ideológicos.

A emergência do mundo burguês não poderia fazer concessões ao "tradicionalismo ignorante" da Idade Média. O "século das luzes" fôra aceso para apagar as sombras do passado, ultrapassar as barreiras dos limites feudais e libertar os homens das algemas da "irracionalidade" que, revestida de lei divina, houvera condenado gerações e povos à alucinação da hierarquização de indivíduos e classes por patentes de consaglineidade segundo critérios ideologicamente odiosos. Não por acaso, a igualdade, a liberdade e a fraternidade, no devido tempo, tornaram-se "slogans" da Revolução Francesa e "liet motiv" de inúmeros outros movimentos sociais que semeariam a gestação de uma nova consciência social no interior do mundo europeu, atenta à evolução das eras e às conquistas da modernidade.

A sociedade de mercado, dimensionada por sobre as fronteiras da nacionalidade, impunha uma lógica afinada - porque desses conseqüente - aos interesses embriagados pelo desenvolvimento do conhecimento e da técnica, pelo aumento das riquezas e bem estar material, pelo reino da abundância.

Na consciência dos atores, o mito do progresso passara ao progresso do mito de que aquele haveria de ser uma lei imanente e irreversível do "de-vir" humano, cujo desfecho estaria predestinado a representar a consolidação da sociedade de todas as posses. Para tal, os interesses do feudalismo e da Igreja teriam de ser eliminados ou, pelo menos, submetidos.

O iluminismo, enquanto ideologia, implicava na abolição da ordem política, econômica e social vigente na maior parte da Europa, assim como indicava e justificava a construção de uma nova visão de mundo, moldada sobre novos valores e interesses.

O processo histórico de superação do "ancien

regime" e do modo de produção feudal ainda estava por se completar - e, como tal, a formulação de novas utopias. Os quatro grandes movimentos que demarcaram o ingresso da sociedade européia numa nova era, denominada mais tarde de "Moderna", se haviam minado os fundamentos da antiga ordem dominante, ainda careciam de força para garantir a consolidação do "novo" que pouco a pouco se revelava no estilo das práticas sociais, nos porões do sistema produtivo e no jogo das mentalidades.

O Renascimento reintroduziu o culto intelectual, artístico e estético por modelos culturais clássicos que o medievo também conhecera e amara. As grandes conquistas ultramarinas, no período de expansão do mercantilismo europeu, exportaram ideais de evangelização dos povos ao sabor dos interesses da Santa Madre Chiesa. A centralização política não deixou de realizar a aspiração de alguns monarcas medievais, como Luis IX da França (1226-1270). O Protestantismo, enquanto "heresia" que deu certo, se quebrou o monopólio do poder eclesiástico católico, não oferecia elementos à superação de uma visão teológico-metafísica do mundo.

Necessariamente os sinais dos tempos do advento da modernidade não garantiam, a priori, a derrocada da aristocracia fundiária. A passagem definitiva só viria mais tarde (sécs. XVIII e XIX) com a "Revolução Industrial" e a afirmação da ciência enquanto modelo epistemológico hegemônico na guerra entre sistemas filosóficos.

Com a expansão colonial e processo de acumulação primitiva, o século XVII conhecera uma considerável concentração do poder econômico. O excedente agrícola e a abertura de novos mercados impulsionavam a classe dos comerciantes e dos pequenos e médios produtores artesanais a investirem no conheci-

mento de novas técnicas e formas organizativas da produção que aumentassem a quantidade de bens disponíveis. O surgimento de grandes centros urbanos, com contingentes populacionais outrora desconhecidos, se havia sido consequência de todo o "frenesi" do processo de acumulação de riquezas, criava a base para novas "folias" ao sabor dos interesses burgueses de lucratividade.

DA SUBVERSÃO ECONÔMICA À SUBVERSÃO EPISTEMOLÓGICA : O PODER DA MÁQUINA

Num tal contexto, a explosão do advento da indústria irá representar a última e fundamental etapa do processo histórico secular da passagem da antiga sociedade tradicional feudal ao modo capitalista de produção propriamente dito. As modificações ocorridas no interior do processo de trabalho, até então organizado sob moldes da cooperação simples ou da manufatura, subverte a ordem dominante e dá à nascente burguesia industrial as rédeas da história e as chaves do futuro. A máquina, ao aprofundar a divisão capitalista do trabalho, provoca o fenômeno inusitado de retirar do produtor direto o controle do processo produtivo. A força matriz, o ritmo e a divisão de tarefas passam a ser atributos desse conjunto de mecanismos criados pela ciência moderna e que Marx denominava de "trabalho morto", isto é, trabalho acumulado e condensado em novas formas de tecnologia produtiva.

A Revolução Industrial surge, no dizer de RIOUX (1971, p. 31-2), "...como o início de um desenvolvimento de novo tipo, ao qual correspondem inovações técnicas, mas, ao mesmo tempo, como expressão de um

capitalismo finalmente liberto de vínculos: a Revolução Industrial leva a cabo o processo de formação do capitalismo - Ela assinala uma etapa decisiva da transição de um estágio incompleto, pré-capitalista, para um estágio em que se impõem as características fundamentais do capitalismo: progresso técnico contínuo, capitais mobilizados com vista a um lucro, uma nítida separação entre uma burguesia proprietária dos meios de produção e os assalariados".

Se o século XVIII se transformou no palco em que se ensaiou o surgimento da grande indústria, o século XIX experimentou os efeitos dos novos tempos: rápido aumento demográfico, crescimento de centros urbanos, explosão de novos meios de comunicação e de transporte, e as contradições entre capital e trabalho, uma elite burguesa proprietária e uma massa de assalariados, grandes capitais acumulados, de um lado e, a grande miséria, sem qualquer proteção social, de outro.

Os mecanismos tecnológicos do desenvolvimento econômico e social estavam criados. Mantinha-se, porém, a irracionalidade de uma sociedade de contrastes, altamente conflituosa e explosiva, cuja ordenação e harmonização passavam a ser objeto de preocupação de setores da intelectualidade comprometidos com o novo "ethos" social. Se nos períodos que antecederam à revolução industrial, a ciência não se relacionava diretamente a atividades produtivas, agora a ciência não somente passara a estar comprometida com as modificações da natureza, como oferecia o modelo acabado para se pensar o mundo e promover as reformas.

O empirismo experimentalista se transforma em ideologia e o positivismo passa a dominar o pensamento do século XIX, como método e como doutrina.

O POSITIVISMO COMTEANO

Na França, a tentativa mais ousada de sistematização desse ideário será projeto de um filósofo da sociedade: August Comte.

O núcleo da filosofia de Comte - e, portanto, da concepção positivista do mundo - repousa na idéia de que a sociedade só pode ser reorganizada de forma conseqüente e coerente com o novo estágio da evolução da humanidade que então se anunciava, na proporção de uma vasta e profunda **reforma intelectual** do homem. Se à sua época, filósofos como, Saint-Simon e Fourier (precursores do que se convenciou denominar de pensamento positivista) também estavam preocupados com as necessidades de mudanças e adaptações sociais aos novos padrões da tecnologia e de uma nova ordem racional das relações humanas, estes centravam, porém, boa parte das energias de suas angústias na busca de soluções práticas e exeqüíveis à reforma das instituições e mecanismos de efetivá-la. Comte pregava primordialmente uma espécie de "revolução cultural" que conduzisse a média dos homens à superação de uma concepção metafísica e teogônica do cosmos e da sociedade. Era necessário resgatar às novas gerações hábitos de pensar, agir, sentir e desejar mais, de acordo com o estado das ciências do seu tempo.

Nesse sentido, o positivismo representa mais que uma ciência, mais que um método ou doutrina. É a tentativa de organização e sistematização dos sentimentos e ideais emergentes de uma época histórica que havia rompido as fronteiras do Velho Mundo e, com elas, os tabus e preconceitos medievais cediam passagem aos novos sonhos alicerçados no culto das potencialidades da razão humana, que voltava para dentro de si as esperanças da transcendência. As

novas descobertas científicas, fruto da observação e experimentação, ao criar técnicas inusitadas, ampliar o domínio sobre a natureza, introduzir novos padrões de produção e alargar a consciência dos cultos sobre o planeta, que já não mais parecia tão pequeno (e nem era apenas "europeu"), criavam uma massa crítica de cultura que inevitavelmente desembocaria num esforço coletivo de intelectuais em dar sentido lógico e organicidade aos novos sentimentos que transpiravam pelos becos de Londres ou Paris e conspiravam, ainda que de forma tímida, contra as antigas convicções que já não cabiam no bojo de uma consciência que revertia a ordem das coisas: a natureza e o mundo deixavam de ser simples reflexo passivo da ação divina, para se constituírem na matéria-prima da vontade e ação do homem que reivindicava de si mesmo para si o direito de se pensar demiurgo da história e senhor de seu destino.

Não por acaso o sistema comteano estruturou-se em torno de três temas básicos: uma **filosofia da história** - com a finalidade de demonstrar as razões pelas quais a humanidade, ao atingir o estágio evolutivo do momento, deveria assimilar uma nova maneira de pensar (denominada por Comte de "pensamento positivo"); uma nova **fundamentação e classificação das ciências**, segundo critérios baseados nas premissas do pensamento positivo; e uma **ciência da sociedade** - que concebendo as leis imanentes da organização e do desenvolvimento social, permitisse o domínio das regras do convívio humano e arquitetasse a reforma prática das instituições.

A **filosofia da história** introduz uma noção de progresso segundo critérios que visam identificar fases evolutivas e distintas do espírito humano e suas manifestações no confronto e compreensão do mundo circundante. A chamada **lei dos três estados**

resume tal perspectiva. Segundo ela, todas as sociedades passam inevitavelmente por três fases sucessivas de consciência do mundo e da vida, das quais resultam culturas diversas, formas de organização política próprias e estágios tecnológicos bem identificados. A primeira fase ou estado é denominada de **teológica**. Reporta-se ao período em que o homem, diante da diversidade da natureza e dos mistérios que essa apresenta, só consegue explicá-la através da crença na intervenção de seres ou forças sobrenaturais. A realidade existente se apresenta como cousa acabada, produto da ação de deuses e espíritos, a quem se deve recorrer e cultuar ao longo do percurso da luta pela sobrevivência da espécie. Confiando em poderes imutáveis, tal mentalidade funda uma moral subordinada aos caprichos do domínio espiritual, cuja coesão social será reforçada pela forma monárquica de governo aliada ao militarismo.

A segunda etapa na evolução da história das mentalidades é a chamada **metafísica**. Nela há pontos em comum com a fase precedente, pois tendem à procura de soluções absolutas e totalizantes para os problemas do homem. Sempre há causas originárias únicas, explicações unilaterais, assim como o destino estaria predestinado a um fecho homogêneo. A diferença reside no fato da metafísica colocar o abstrato no lugar do concreto e privilegiar a argumentação à imaginação. Ao invés de deuses, são as "idéias" ou "forças" que explicam o desenrolar dos acontecimentos, destruindo a premissa teológica de subordinação da natureza e do homem ao sobrenatural. Neste estágio, reis e monarcas cedem lugar aos juristas, e o poder divino é trocado por um contrato social entre os indivíduos, fundando-se o Estado não mais na Vontade de um Ser Superior, mas no

exercício da soberania do povo.

O estado **positivo**, terceiro e último estágio evolutivo da mente humana, subordina a imaginação e a argumentação pela **observação** e **experimentação**. Reflexo do desenvolvimento e conquistas das recentes ciências da natureza (física, química, biologia), tal mentalidade não se submete a simples consideração das causas dos fenômenos, mas invoca a pesquisa de suas leis, entendidas como relações constantes e cognoscíveis entre fenômenos observáveis. O que não pode ser observado ou testado é tema para especulação, não para afirmação de verdades ou base para procedimentos da vida prática. O espírito de cientificismo é levado às suas últimas consequências. Num mundo que explorava novas formas de transportes e comunicações, que expandia mercados, que inventara uma força matriz produtiva que não mais dependia dos limites da energia física humana (a máquina), os domínios do social e do político teriam de mudar de donos: o poder espiritual aos cientistas e o material aos industriais. Como não havia mais lugar para discursos de púlpitos; agora os discursos são de métodos, como em René Descartes, ou de laboratórios, como em Francis Bacon. A filosofia positiva nega a redução dos fenômenos a um só princípio (Deus, natureza ou equivalente). A experiência e os experimentos afirmam causas múltiplas e interconexas entre a complexidade dos fenômenos observáveis. O papel de cada ciência é de ocupar-se apenas com um certo grupo de fenômenos, irreduzíveis uns aos outros. Cabe ao homem moderno informar-se sobre todos os resultados dos conhecimentos revelados e atuá-los na sua compreensão de mundo e na implementação de novas tecnologias e organização da vida social.

Daí a necessidade de uma nova classificação

das ciências segundo critérios que demarcassem em relação a cada uma o estágio atingido quanto a maior ou menor "positividade" do método empregado e gabarito do conhecimento alcançado. À sua época, já enquadrava no campo das ciências positivas: a Matemática, a Astronomia, a Física, a Química e a Biologia. A observação, a experimentação, a comparação e a classificação se constituíam nesses critérios apregoados pelo positivismo como condição básica para a afirmação de um conhecimento ou conjunto de conhecimentos (ciência) que merecessem a legitimidade de crença e atuação.

Dentre as ciências, a mais complexa teria de ser a Sociologia, a ciência da Sociedade, cuja meta era a de reorganizar as relações sociais - de trabalho, políticas e culturais - segundo os novos padrões. Para tal, teria de utilizar os mesmos cânones das ciências da natureza, formas similares de observação e experimentação, que consagrassem a confiabilidade das descobertas e revelações. À sociedade industrial não poderia corresponder formas especulativas ou intuitivas de pensar o mundo. Urgia uma "Física Social".

Comte incorpora em sua filosofia social o racionalismo empirista do momento e o antidogmatismo. Todo conhecimento sobre o mundo deve ser construído mediante o uso da observação, experimentação e razão; não há verdades eternas, sobrenaturais, indiscutíveis, que prescindam de provas concretas. Conseqüentemente, a idéia de progresso está estritamente relacionada à crença no poder do conhecimento racionalmente obtido: quanto mais culta a sociedade, mais capaz e melhor ela se torna. A França germina para o mundo a idéia de uma nova cosmovisão e moralidade que passam a estar intrinsecamente ligadas ao saber.

A concepção comteana de sociedade está associada à crença de que todos os acontecimentos reais, compreendendo os de nossa própria existência individual e coletiva, estão sempre sujeitos a relações naturais de sucessão e de similitude essencialmente independentes de nossa intervenção.

À maneira do homem de Pascal, a sociedade constituir-se-ia num todo orgânico de relações entre indivíduos em permanente evolução, em constante progresso, cujos resultados seriam produto de leis internas ao "devir" histórico - na expressão hegeliana - e nunca objeto de predestinação sobrenatural ou passíveis de avaliação de cunho moralista.

Utilizando-se do paradigma das ciências naturais, mais particularmente da Biologia, Comte irá dividir sua Sociologia em dois grandes campos de observação, segundo leituras metodológicas distintas: a **estática** e a **dinâmica** social.

À **estática social** caberia o estudo das condições objetivas de existência de dada sociedade, num determinado contexto histórico e espacial, ou seja, sua estrutura propriamente dita: ordenação das classes, divisão do trabalho social, organização institucional, etc. O "olhar", no caso, estará centrado na noção de **ordem**, harmonia dos elementos constitutivos segundo idéia de um pressuposto consenso funcional entre todos os fenômenos sociais existentes.

A outra leitura da realidade, mais atenta ao aspecto do movimento, à percepção das transformações visíveis do corpo social, da história propriamente dita, é matéria da **dinâmica social**. Neste "campo epistemológico" concentrar-se-iam todas as preocupações científicas pelas descobertas das leis que regeriam a evolução humana. Aqui, a palavra-chave é **progresso**.

O viés metodológico de Comte pode ser resumido neste pequeno trecho, retirado de seu "Sistema de Política Positiva":

"É preciso portanto, segundo uma abstração provisória, estudar primeiramente a ordem humana como se ela fosse imutável. Serão assim apreciadas suas diversas leis fundamentais, comuns a todas as épocas e lugares. Essa base sistemática permitirá, em seguida, a explicação geral de uma evolução gradual, que jamais pôde consistir senão na realização crescente do regime próprio da verdadeira natureza humana e da qual todos os germes essenciais existiram sempre". (MELLO, 1981, p.2)

ORDEM E PROGRESSO: A IDEOLOGIA DA RAZÃO

Mas o positivismo de Comte não fora arquitetado para cumprir simplesmente o papel de instrumental de conhecimento. A meta da filosofia positiva era a reforma intelectual do homem e a reorganização de toda a sociedade: a "ciência" feita ideologia. Dos escombros da Revolução Francesa deveriam surgir novas estruturas sociais. As antigas instituições políticas eram ainda teológicas e estavam, por certo, desafinadas com o estágio de desenvolvimento das ciências da época. A tarefa mais gigantesca teria de ser a constituição e conscientização dos novos atores sociais, uma nova elite científico-industrial comprometida com os fundamentos positivos da sociedade e apta a executar as atividades técnicas, bem como encarar os desafios políticos inscritos no processo de mudança almejado.

Em contraponto a Marx e à doutrina socialis-

ta, Comte apregoava a moralização dos capitalistas e não sua eliminação - as contradições da sociedade capitalista poderiam ser resolvidas mediante o uso da racionalidade, do conhecimento científico. A revolução contrapunha a necessidade de ordem, pois acreditava que o capitalismo possuía todos os elementos materiais propícios à edificação de uma sociedade harmoniosa, sem grandes desigualdades. Ao lado da crítica da desordem - "sequela" dos movimentos revolucionários ocorridos na França - não disfarçava uma certa resignação e conservadorismo travestidos de um progressismo aparente. O momento pós-revolucionário encontrara finalmente no pensamento positivista a plataforma teórico-ideológica justificadora não mais dos anseios impetuosos de igualdade e fraternidade, quanto de uma acomodação aos limites da nova ordem dominante que, no máximo, permitia espaços a reformas, nunca mais revoluções - agora pensadas como "irracionalidade".

A ideologia da razão, transformada em mito da civilização ocidental, postou-se como soberana que, tendo alcançado o poder, ignora e humilha os supostos pensamentos "provinciais" ou "infantis", arrogando-se religiosamente o monopólio da Verdade. As mesmas "luzes" que haviam libertado os homens do jugo do obscurantismo teofágico medieval, agora cegavam com seu brilho a tez dos iluminados. Somente o cientista poderia se arvorar dizer: "Eu sou a luz do mundo, e aquele que me segue não caminhará nas trevas". Antes, o eclesiástico propalava ao povo: não raciocinem, creiam; agora, o homem de ciência e o industrial afirmam: não raciocinem, executem!

A exacerbação do racionalismo, de caráter radicalmente dogmático, fazia crer que a era da ordem e do progresso finalmente chegara; as benesses da indústria e do mercado, se ainda não haviam chegado

a todos, era apenas uma questão de tempo e de articulação de reformas devidamente planejadas e auto-sustentadas pelos diagnósticos e avaliações científicas. Tal furor ideológico, alimentado pelas conquistas da máquina, impediam inclusive os mais críticos e esclarecidos - com raras excessões - a admitirem que, na sociedade do capital, o direito à propriedade - e, portanto, à igualdade - só pode pertencer a alguns. A "marienne", emblema da utopia mais límpida dos sonhos revolucionários, perdera sua virgindade originária!

Talvez, se a Itália, como a França e a Europa, tivessem escutado Giambattista Vico; se os guias tivessem sido outros como o italiano, talvez o destino intelectual de nossa civilização tivesse sido outro. Nossos antepassados do século XVIII já não teriam acreditado que "tudo o que é claro é verdadeiro" mas, pelo contrário, que "a claridade é o vício da razão humana, e não a sua vontade"; pois "uma idéia clara é uma idéia acabada, morta" - como diria HAZARD (1983, p.42). Tal qual foi o destino da "religião positivista".

REFEÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- HAZARD, Paul. O pensamento europeu no século XVIII. Lisboa: Presença, 1983.
- MELLO, Antonio Valença de. Política positiva de August Comte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981. v.2
- RIOUX, J. P.: La révolution industrielle 1870 - 1880. In: SALAMONE, Nino. Causas sociais da Revolução Industrial. Lisboa: Presença, 1980.

LEITURA ADICIONAL DE REFERÊNCIAS NÃO CITADAS NO TEXTO.

- COMTE, Auguste. Curso de filosofia positiva; Discurso sobre o espírito positivo; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; Catecismo positivista. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores)
- _____. Sociologia. Organizador (da coletânea) Evaristo de Moraes Filho. 2. ed. São Paulo: Ática, 1983.
- FALCON, F., MOURA, G. A formação do mundo contemporâneo. 8. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1986.
- FRANCO JÚNIOR, Hilário. A Idade Média: o nascimento do ocidente. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- HOBBSBAWN, Eric. As origens da Revolução Industrial. São Paulo: Global, 1979.
- JOUVENEL, Bertrand de. As origens do estado moderno: uma história das idéias políticas no século XIX. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- LOSEE, John. Introdução histórica à filosofia da ciência. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979.
- RIBEIRO JÚNIOR, João. O que é positivismo. São Paulo: Brasiliense, 1982. (Coleção Primeiros Passos, 72)
- SALAMONE; Nino. Causas sociais da Revolução Industrial. Lisboa: Presença, 1980.